

DESENVOLVIMENTO LOCAL COMO ALTERNATIVA EM UM CONTEXTO DE GLOBALIZAÇÃO

Arlete Maria da Silva Alves

Luciana Rosa de Souza

***Resumo:** Contemporaneamente se observa uma maior integração entre as nações na busca pelo desenvolvimento, em um contexto de globalização e neoliberalismo, onde têm ocorrido alterações importantes nas relações entre capital e trabalho, estado e mercado. Estas alterações reforçaram no capitalismo problemas sociais graves para os quais este artigo busca apresentar alternativas. A falência do Estado de Bem-estar e as crises sociais crescentes, favoreceram a emergência de novas concepções de desenvolvimento, entre elas a de Desenvolvimento Local. Em um contexto em que houve o enfraquecimento da teoria Keynesiana, do Estado de Bem-estar e das próprias teorias desenvolvimentistas, surgiram de forma mais intensa atores sociais capazes de engendrar o processo de Desenvolvimento Local.*

1. Introdução

As mudanças ocorridas no final do século passado foram de naturezas diversas e muitas vezes envolvidas por mitos que ofuscam questionamentos e a busca por alternativas. A globalização por exemplo, enquanto processo político e econômico, trouxe consigo a evolução da ciência, da tecnologia, dos meios de transporte e de comunicação, porém, este progresso ficou circunscrito a determinadas regiões do globo, o que contribuiu para que persistissem as discrepâncias socioeconômicas entre e dentro das nações. A má distribuição do progresso material ocorreu principalmente, devido a alterações significativas nas relações entre capital x trabalho e estado x mercado, verificadas neste contexto.

A relação capital x trabalho que já era uma relação de dominação, neste contexto reforçou-se ainda mais a dominação porque o trabalhador se viu mais veementemente intimidado pela intensificação na utilização de sistemas produtivos e tecnologias que desprivilegiam o trabalho vivo. As pressões grevistas perderam força, e o individualismo apareceu como principal característica das pessoas que participam direta ou indiretamente da evolução no processo de globalização, o receio do desemprego aumenta a competição entre os trabalhadores e reforça a posição de subordinação dos mesmos às forças do capital.

A relação entre estado x mercado alterou-se no sentido de subordinação das

ações estatais ao imperativo ditado pelo mercado. Reforçou-se a atribuição do estado de garantir a propriedade privada, com sua intervenção na economia ocorrendo quando esta se vê ameaçada. A globalização facilita a oposição entre as forças estatais, empresariais e da classe trabalhadora, de tal maneira que estas forças travam entre si disputas para subordinar ou eliminar forças rivais.

Estas alterações introduziram e/ou reforçaram no capitalismo algumas características que estão no cerne da questão discutida no artigo, ou seja, o desenvolvimento local, como alternativa para o desenvolvimento socioeconômico de várias áreas periféricas, principalmente, dado à falta de alternativas visíveis dentro dos modelos adotados até o presente. As perdas de importância das teorias desenvolvimentistas e a redução da influência do Estado sobre os processos econômicos facultaram o surgimento neste contexto de uma grande lacuna nas esferas socioeconômicas e políticas, contendo graves problemas sociais e de desenvolvimento a serem resolvidos.

Este contexto intensificou o surgimento de novos atores no cenário político, econômico, social e cultural de vários países, os quais buscam meios de ação e participação nas comunidades. Tentam suprir deficiências do estado e do mercado em atuar nos âmbitos social, econômico, político, cultural e de preservação ao meio ambiente. Esses novos atores formam a sociedade civil, que é composta, conforme Crespo (1998), por organizações não-governamentais (ONGs), sindicatos, igrejas e outras entidades. O objetivo central destes atores é a busca por um desenvolvimento socioeconômico que contribua para a solução de problemas graves tais como o desemprego, e outros de cunho social, cultural e político, além da preservação ambiental. De acordo com Franco, Almeida e Paula (1998) a novidade do momento atual é o surgimento destes atores sociais, cujas ações mediarão novas relações entre estado, mercado e sociedade civil.

Acreditamos ser possível e necessário pensar em alternativas de desenvolvimento que considerem o ambiente local, incluindo entre outros elementos, a ação local e a descentralização administrativa. Este tipo de desenvolvimento em geral procura promover transformações tanto no fator econômico, como no sócio-cultural e político-institucional dentro do âmbito local, na perspectiva de superação das tradições hierárquicas e autoritárias presentes na atualidade, porém inaceitáveis em pleno Século XXI. Estando alicerçado na participação ativa da sociedade civil organizada e das comunidades envolvidas, favorece a ação local na criação de

programas de integração social, econômica, ambiental e institucional, os quais, implementados de forma descentralizada, podem vir a favorecer o incremento de tal participação. A conceituação de local utilizada neste artigo não se refere ao tamanho, mas abarca o conjunto de relações que se estabelecem em um dado espaço territorial enquanto produção social, considerando as heterogeneidades e especificidades de tal espaço (Franco, 1999 p.17).

O artigo aborda uma alternativa de desenvolvimento que leva em consideração transformações ocorridas no sistema capitalista no passado recente e as ações da sociedade civil como resposta àquelas transformações e às necessidades contemporâneas de desenvolvimento. Discute a estratégia de desenvolvimento local como forma de minimizar problemas sociais e de desenvolvimento para comunidades locais e/ou possivelmente regionais/nacionais, numa perspectiva de construção de novos caminhos para o desenvolvimento de várias áreas do mundo periférico, principalmente, e do Brasil em particular, que não têm sido beneficiadas pelas estratégias adotadas anteriormente.

O desenvolvimento do artigo operar-se-á através de tópicos que abordam alguns dos principais motivos que a nosso ver justificam estratégias tais como as de desenvolvimento local. Após a introdução, no segundo tópico abordamos a crise da teoria keynesiana e sua relação com os problemas sociais agravados após a queda do Estado de Bem-estar Social e no terceiro destacamos o processo de emergência da globalização e o porquê de se pensar em desenvolvimento local neste contexto. No quarto tópico analisamos o papel da ação local e da descentralização administrativa, além de apresentar uma síntese das justificativas que embasam alternativas tais como as de desenvolvimento local, ressaltando a importância da sociedade civil neste processo. Na conclusão tecemos algumas considerações sobre a alternativa de desenvolvimento local nesta fase do capitalismo não como uma solução para todos os problemas atuais, mas um caminho alternativo para responder a alguns dos problemas contemporâneos de desenvolvimento.

2. A Crise da Teoria Keynesiana e a Questão Social

As crises, em geral, são um fomento para que se questione a forma como está se processando o desenvolvimento político e econômico das sociedades. A crise de 1929, por exemplo, fez com que se pensasse novos modelos de desenvolvimento. Mais tarde, a partir do final da década de 1940, surgiram teorias desenvolvimentistas que buscavam uma solução para a crise pós Segunda Guerra Mundial. Neste sentido, a reconstrução dos países que sofreram mais os efeitos da guerra foi de suma importância para outros países, estes integrantes do Terceiro Mundo, pois lançou as bases para uma ‘nova’ perspectiva de desenvolvimento. Esta experiência mostrou uma estratégia que era viável em um momento especial de reconstrução e que requeria um mentor para efetuar-lá. O Estado assumiu nos países europeus esta responsabilidade, já que as burguesias nacionais não poderiam fazê-la.

Alguns acontecimentos ocorridos após a Segunda Guerra Mundial contribuíram para que se chegasse a este ponto do desenvolvimento capitalista. Finda a Guerra, o mundo estava polarizado em uma luta ideológica e política entre o mundo Ocidental - capitalista -representando as forças de mercado e o mundo Oriental – socialista - representando uma economia planificada e gerida pelo estado. Tal luta ideológica foi importante, pois constituiu um substrato para que surgisse no mundo capitalista o Estado de Bem-estar Social, o qual teve seu funcionamento vinculado à necessidade de diminuir as diferenças sociais presentes no capitalismo; o estado passa, então, a ser responsável pelas questões sociais. Ele passa a ser um provedor do desenvolvimento através de investimentos em saúde, educação, segurança pública e outras áreas onde o governo pudesse gerar emprego e renda, facultando ao capitalismo o crescimento econômico. Com esta atitude o estado aciona a “bomba da retomada” porque de acordo com a análise do multiplicador monetário proposto em 1936 por Keynes “toda despesa pública aumenta a renda nacional em um montante maior que ela mesma”(Mandel, 1974 p.79). Este momento do capitalismo foi reflexo da teoria keynesiana, que apesar de ter sua origem no período entre-guerras, continuava tendo muita força no pós Segunda Guerra Mundial.

A teoria Keynesiana colocava o estado como regulador do comportamento do mercado que, conforme havia sido observado por Keynes (1936), tinha uma tendência a privilegiar a valorização financeira em detrimento dos investimentos ou empreendimentos. Desta forma, Keynes colocou o estado como o “guardião” dos investimentos. Nas palavras do próprio autor “... encontrando-se o estado em situação de poder calcular a eficiência marginal do capital dos bens de capital de longo prazo e

com base nos interesses gerais da comunidade, espero vê-lo assumir uma responsabilidade cada vez maior na organização direta dos investimentos...” (Keynes, 1936 p. 135). No entanto, o esquema de desenvolvimento baseado na influência direta do estado na economia passou a conhecer maiores dificuldades a partir de 1973 com a crise do petróleo. O petróleo que foi um ente importante do crescimento econômico deste período, passou a sofrer aumentos sucessivos devido à ação do cartel constituído pela organização dos países exportadores de petróleo (OPEP). Tal fato contribuiu para lançar na crise as nações que tinham seu padrão de consumo baseado no petróleo.

Os governos já não mais conseguiam controlar o déficit público e a inflação. Mas como as crises são o fomento para que se gerem novas teorias econômicas, um grupo de políticos e intelectuais que não eram teoricamente afins com a teoria keynesiana, após suas vitórias eleitorais na Grã-Bretanha em 1979 e nos EUA em 1980, levantaram políticas econômicas dogmáticas totalmente contrárias às então vigentes. Como lema de suas políticas surge o chamado neoliberalismo. O estado deveria agora se limitar ao papel de preservador da propriedade privada, ou seja, imperaria o Estado mínimo. Com isso entra em crise o modelo keynesiano de desenvolvimento e o neoliberalismo surge como a via única capaz de gerar desenvolvimento econômico. As palavras: desregulamentação, liberalização e privatização passaram a servir de base como instrumentos estratégicos da política econômica de vários países, principalmente os países ‘em desenvolvimento’.

Ao mesmo tempo em que a luta ideológica trazida pela guerra fria foi importante para o surgimento do Estado de Bem-estar Social, a queda do socialismo na União Soviética foi de suma importância para a crise do mesmo. A derrocada do socialismo evidenciou a supremacia econômica das nações ocidentais (Fiori,1999), fazendo com que as preocupações das nações capitalistas com as questões sociais fossem relegadas a perder importância no âmbito político, pois, a ameaça socialista havia sido derrotada, e então, as políticas propostas para dirimir a crise social nos países capitalistas tenderam a perder espaço neste momento do capitalismo.

Outro aspecto a ser ressaltado é o fato de que na maioria dos países do Terceiro Mundo ou “em desenvolvimento” o modelo de desenvolvimento citado se esgotou antes mesmo de sua prevalência enquanto prática econômica. O fato de se ter verificado o esgotamento do Estado de Bem-estar Social nas economias dos países centrais do capitalismo, levou a periferia do sistema a não conseguir que sua prática

fosse concretizada. O fato é que o estado em algumas economias do mundo em desenvolvimento aparecia como provedor do desenvolvimento não por se tratar de um Estado de Bem-estar Social, mas por se estar em uma situação na qual a classe social dominante era incapaz de prover por si mesma o desenvolvimento. No Brasil, por exemplo, o governo tornou-se responsável pela criação de empresas estatais fornecedoras de infra-estrutura (de geração e transmissão de energia elétrica, de comunicação, de prospecção e refinamento de petróleo, entre outras) para as indústrias de bens de consumo e principalmente de bens de capital.

Podemos dizer que mesmo não participando inteiramente das evoluções do capitalismo nas nações centrais, os países em desenvolvimento sofreram as consequências do enfraquecimento do Estado de Bem-estar. Muitos deles assimilaram a teoria que surgiu nos países centrais, o neoliberalismo, e passaram a praticá-la como sendo o caminho das pedras para se alcançar o desenvolvimento. Como consequência, o mundo capitalista, principalmente no âmbito dos países em desenvolvimento, passou a conhecer problemas sociais graves. Foram intensificados a partir de então problemas como o desemprego e significantes perdas sociais para os trabalhadores e outros grupos sociais. Mas a política neoliberal ainda não se sensibilizou para com as questões sociais, que estão na ordem do dia para muitos países. E como na crise podem surgir novas concepções de desenvolvimento, o desenvolvimento local aparece, não como uma panacéia, mas uma alternativa contra a crise. Esta abordagem ao desenvolvimento, que, segundo Gonzáles (1998) surgiu no contexto europeu, tem sido adotada em diferentes partes do mundo, inclusive no Brasil e na América Latina, ao ponto de alguns autores (Reilly, 1997) dizerem que seguindo o exemplo de Alexis de Tocqueville, os cidadãos latino-americanos estão redefinindo a “arte da associação” e a “igualdade de condições” em cidades de toda a América.

A incapacidade do estado em promover o desenvolvimento socioeconômico a partir da década de 1970 e a crise da teoria keynesiana e das teorias desenvolvimentistas, contribuíram para o surgimento de uma nova forma de gestão da produção. Esse modelo foi iniciado no Japão em 1973 e propagou-se pelo mundo. O paradigma japonês de gestão da produção, chamado de pós-fordismo ou produção flexível foi um precursor do que hodiernamente se chama de globalização. E ao se “globalizar”, altera-se a estrutura produtiva através do paradigma pós-fordista. Este paradigma de produção destaca o interesse na produção diversificada e de qualidade

de acordo com os diferentes segmentos (ou nichos) de mercado, identificados em uma demanda bem segmentada e em constante evolução (Albuquerque, 1998). O modelo de gestão da produção surgido no Japão foi responsável por alterações nas relações entre capital e trabalho, pois, cada vez mais foi se intensificando a valorização do capital através da diminuição e intensificação na utilização do trabalho vivo.

Busca-se neste sistema produtivo um trabalhador multifuncional capaz de operar máquinas de alta resolução e microcomputadores, além de resolver outros problemas da empresa desde questões administrativas até questões da linha de produção, atuando como uma força de trabalho que pode ser colocada em qualquer setor da empresa, substituindo outros trabalhadores, reduzindo, portanto, a necessidade de novas contratações. Desta forma, o pós - fordismo têm globalizado cada vez mais o desemprego. Somente na indústria alemã, de 1991 a 1994, foram perdidos mais de um milhão de empregos. Se isso acontece na Alemanha, que é um país central do capitalismo, imagine o que já aconteceu e está acontecendo nos países da periferia do capitalismo? Basta examinar o desemprego no Brasil, onde segundo dados do IBGE, a taxa média de desemprego aberto subiu de 5,5% em 1994 para 8,3% em 1998.

Uma outra questão importante a ser destacada é a integração financeira do mundo. Esta integração levou vários países a praticarem políticas que beneficiaram o capital financeiro em detrimento do capital produtivo, criando crises agudas em alguns deles, principalmente nos ditos ‘em desenvolvimento’, e a perda dos investimentos para a especulação. Segundo Keynes (1936 p.131) “Os especuladores podem não causar danos quando são apenas bolhas num fluxo constante de investimentos; mas a situação se torna séria quando o empreendimento se converte em bolhas no turbilhão especulativo”. Neste contexto o capital não mais precisa do trabalho para se valorizar, pois pode valorizar-se no setor financeiro sem gerar riqueza nova.

Devido a estas alterações nos investimentos, nesta “nova etapa” do capitalismo, verificou-se um maior desdém com as questões sociais e uma grande preocupação com o capital financeiro, ou fictício, como o denominou Marx. O grande problema relacionado as questões sociais é que não existem políticas satisfatórias de apoio e amparo à crise no âmbito social que é crescente dado o radicalismo neoliberal e as prerrogativas da globalização. Isso levou a que se propagasse fortemente a violência em vários países mas, principalmente nas áreas periféricas. No Brasil,

desemprego, miséria e falta de perspectiva contribuem para que aconteçam chacinas, presídios superlotados, tráfico de drogas e várias formas de violência, inclusive a corrupção política que não deixa de ser uma forma de violência com a população. E o que se têm feito no Brasil para alterar esta situação? E o mundo, como tem reagido a esta violência que não poupa nem mesmo os países centrais?

3. Por que Pensar o Desenvolvimento Local no Contexto Atual

Considerando o momento de crise social aguda apresentada nesta fase do desenvolvimento capitalista, e considerando também que o processo de globalização foi incapaz de dirimir os grandes problemas enfrentados pela humanidade tais como o aumento da degradação ambiental, a ampliação das disparidades socioeconômicas entre e dentro das nações, a pobreza, entre outros, fica então a questão de porque não se pensar em alternativas para esta realidade. O termo globalização traz consigo uma conotação de evolução e desenvolvimento da humanidade, no entanto, segundo Batista Jr. (1998 p.85) “há uma tendência bastante generalizada a exagerar o alcance dos fatos que servem de base à ideologia da ‘globalização’...Um dos efeitos práticos da mitologia da ‘globalização’, em especial da idéia de que estamos submetidos à ação de forças econômicas globais incontrolláveis, é paralisar as iniciativas nacionais que passam a ser rotuladas como ineficazes, sem maior discussão”. Pretendemos enfatizar neste trabalho que no contexto da ‘globalização’ e neoliberalismo faz-se mister a busca por novas abordagens ao desenvolvimento que respondam aos anseios das várias sociedades neste início de Século.

O processo de integração global tem trazido poucos benefícios a alguns países, principalmente aos países periféricos. Os benefícios estão mais relacionados com a dispersão do conhecimento através de um aumento na socialização de novas tecnologias em áreas como informática, genética, comunicação e informação, além da robótica. O problema é que as nações não estão em igualdade de condições para adquirir estes conhecimentos e competir no mercado global. O processo de globalização tem deixado basicamente cada nação desempenhando uma determinada função, sem grandes modificações no sistema anterior de Centro x Periferia conforme analisado pela Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL). A globalização parece manter o *status quo* entre as nações, o que confirma a visão de Wallerstein (citado por Evans e Stephens 1988) de que a lógica da acumulação de

capital dita não apenas as relações entre classes, mas também entre estados e zonas de produção. E que a posição individual dos estados e sociedades dentro do sistema mundial pode mudar, mas a estrutura do sistema como um todo é que define o padrão de desenvolvimento tanto global quanto dentro das nações.

Para amenizar a crise social inter e intranações, o desenvolvimento local, através da participação da sociedade civil local, poderá induzir ao desenvolvimento socioeconômico, de tal forma que as pessoas se tornem mais conscientes de seu papel como sujeitos do desenvolvimento das comunidades em que vivem. Com esta alternativa intenta-se criar condições para a reconstrução do desenvolvimento socioeconômico global partindo de evoluções socioeconômicas ocorridas no local. As pessoas e instituições que buscam o desenvolvimento local podem, segundo Franco (2000) ser classificadas em dois grandes campos, o campo dos que não se opõem ao padrão de desenvolvimento atual e o dos que questionam este padrão. As pessoas e instituições que não questionam o padrão atual de desenvolvimento consideram apenas o aspecto econômico ligado ao local e como desenvolvê-lo para que esta área se adeque positivamente ao sistema atual. Afirmam que:

Promover o desenvolvimento econômico local é uma idéia antiga, que agora vê reforçada, paradoxalmente, pelo processo de globalização em curso em nossa época. É que este processo vem criando a necessidade de formação de identidades, e de diferenciação de setores, e, também de localidades...O mercado globalizado é capaz de aceitar e promover o artesanato de Bali, os produtos da Baviera ou da Emilia Romana...Trata-se, para esta visão do desenvolvimento local, de ter uma estratégia que posicione vantajosamente espaços sócio-territoriais delimitados em face do mercado globalizado....Mas o fato de haver um âmbito econômico globalizado não dispensa a necessidade de os empreendimentos produtivos situarem-se em localidades determinadas (págs. 7-8).

A vinculação local/global da forma que tem ocorrido através da globalização apresenta muitos aspectos desfavoráveis a vários países, e tende a continuar assim, tendo em vista o histórico que temos até o momento. A menos que ocorram transformações econômico-sociais, culturais e político-institucionais no sentido de construção de modelos mais adequados aos países periféricos e que busquem atender às necessidades das populações destes países. Apesar de concordarmos com Latouche (1986) que o subdesenvolvimento é resultado da destruição da coerência cultural dos povos em desenvolvimento pelas forças expansionistas e imperialistas do capitalismo,

respondemos negativamente à sua pergunta que questiona se não seria melhor simplesmente descartar o desenvolvimento por ser produto de uma atitude tecnocrata que considera somente os aspectos econômicos do problema. Acreditamos ser possível a construção de um processo onde os problemas, necessidades e potencialidades de uma localidade sejam trabalhados, dentro do contexto global, considerando também as suas peculiaridades e a necessidade de desenvolvimento nos níveis nacional, local, regional e global e em outras dimensões além do aspecto econômico.

As pessoas e instituições que questionam o padrão atual de desenvolvimento defendem que os esforços para promover o desenvolvimento local não devem ser orientados unicamente pela racionalidade do mercado. Elas buscam uma integração entre cultura, política e economia, onde o terceiro item seja determinado pelos anteriores, através da participação dos atores sociais locais. Estas são visões que conforme afirma Franco(2000):

...não desconhecem a necessidade de desenvolver as localidades do ponto de vista econômico, que não desconsideram as exigências e as possibilidades de mercado – nos níveis local, regional, nacional e global – mas que não subordina todas as dimensões do desenvolvimento à sua dimensão econômica. E que conseqüentemente, não acreditam que a racionalidade do mercado deva orientar os esforços de promoção do desenvolvimento local (p. 10).

Desta forma, o desenvolvimento local deverá levar em consideração as especificidades de cada espaço sócio-cultural e cada região em que possa acontecer (Coelho,1995) sem no entanto privilegiar estas especificidades apenas para gerar um desenvolvimento estritamente econômico. É preciso que o desenvolvimento local considere e desenvolva apropriadamente a estrutura social, política e institucional deste espaço sócio-territorial. E também, conforme Bessa (1999, p.8) “...é somente no ambiente local que é possível recuperar a dimensão ética da questão do desenvolvimento”. Que esta dimensão ética propulsione uma questão relevante se se considerar o ser humano como capaz de gerar um desenvolvimento não apenas socioeconômico, mas, também moral em todos os níveis e esferas sociais. É importante que este processo favoreça conceber cada pessoa como centro gerador do desenvolvimento e cada comunidade e nação nesta mesma perspectiva, de tal forma que possamos acenar para um outro processo de globalização a ser construído de “baixo para cima” (Arruda, 1997). Portanto, existem na área teórica sobre

desenvolvimento local duas vertentes, uma que não se opõe ao padrão de desenvolvimento atual e que busca o desenvolvimento local com intuito de obter crescimento econômico. E outra vertente que se opõe ao padrão atual de desenvolvimento e busca uma evolução política, cultural, institucional e econômica, não privilegiando apenas a racionalidade do mercado.

De forma sintetizada as razões para se buscar o desenvolvimento local se conformam à mudanças necessárias em muitas áreas periféricas. Segundo Brito (1999), estas são:

- i) **Razões econômicas:** o desenvolvimento local oferece uma alternativa de reação à crise econômica (estrutural e durável) dos países industrializados e em processo de decomposição e recomposição dos sistemas produtivos. O nível local aparece como lugar de regulação de disfunções, propiciando interação entre tecnologia, cultura e economia. No ambiente local pode-se vislumbrar as especificidades na criação de processos produtivos diferenciados e na cultura da população. As crises econômicas têm sua origem nos países centrais e desencadeiam uma série de problemas que irão afetar diretamente as economias mais frágeis. Ao se buscar o desenvolvimento local, ter-se-á meios para regular a crise que for exógena. Além disso, deve-se considerar as especificidades locais e suas facilidades de inserção no mercado internacional, através de novas dinâmicas econômicas de acordo com as possibilidades apresentadas pela cultura e meio ambientes locais.
- ii) **Razões institucionais:** decorre das mudanças institucionais induzidas pela descentralização política do Estado, as quais favorecerão a participação da sociedade civil nos processos de desenvolvimento. Novas instituições com novos comportamentos são de vital importância para que se ponha em prática o desenvolvimento local. Sendo assim, é possível se pensar em um novo arranjo institucional no processo de descentralização administrativa. É necessário que se criem mecanismos mais democráticos de participação política para que o processo de desenvolvimento local seja implementado.
- iii) **Razões sociais:** é mais acessível se conhecer os problemas socioculturais no local do que no global e as soluções para esses problemas serão muito mais fáceis de serem encontradas no local, já que é neste que eles existem. Os problemas sociais do local são influenciados pelos problemas econômicos e até políticos que ocorrem externamente, na sociedade global. Neste momento de crise configurada pelo neoliberalismo e pela globalização, o âmbito social perdeu espaço para o econômico,

e os problemas sociais existentes necessitam de resolução porque as sociedades periféricas irão exigir de alguma forma sua participação no desenvolvimento.

Conforme a análise de Reilly (1994) os cidadãos comuns estão fundindo as esferas do estado e mercado, esferas forjadas pelos pensadores dos séculos XVII e XIX, com essa fusão observa-se que a economia e a política estão cedendo espaço para o civismo. Faz-se imperiosa uma interconexão entre estado, mercado e sociedade civil, os três entes centrais do desenvolvimento socioeconômico de tal forma que se possa obter uma cooperação entre estas esferas sociais na busca pelo desenvolvimento socioeconômico. As mudanças institucionais induzidas pela descentralização administrativa irão promover alterações sociais, culturais, econômicas e políticas que irão facilitar a cooperação entre o estado, mercado e a sociedade civil.

4. Ação Local e Descentralização Administrativa no Desenvolvimento Local

O desenvolvimento local surge como uma resposta conjuntural à crise econômica e administrativa de vários países (Crespo, 1998). Esta crise teve seu auge com a falência do Estado de Bem-estar Social, queda do Keynesianismo e de dinamismo das próprias teorias de desenvolvimento e derrocada do socialismo. No quadro em que o estado se ausenta da promoção do desenvolvimento e as iniciativas privadas visam muito mais alocar seus recursos em aplicações financeiras que na produção, criou-se um motivo para alternativas que compensassem a crise da máquina estatal. Vemos então, que o desenvolvimento local emergiu em um contexto de crise e conta com novos atores sociais para alterar este contexto.

Podemos considerar que surgem no processo de globalização condições políticas para se implementar a descentralização administrativa e ação local, fatores essenciais em estratégias de desenvolvimento local. Isto se considerarmos a perspectiva de construção de uma concepção de desenvolvimento que venha atender às necessidades econômicas, sociais, políticas e institucionais de comunidades em seus diferentes níveis. Essa concepção de desenvolvimento poderá incluir em sua estrutura mecanismos de participação dos vários atores sociais daquelas comunidades que visem criar estratégias alternativas de desenvolvimento e de preservação do meio ambiente. Conforme Franco et alli, (1998 p.119):

As mudanças que estão sendo introduzidas nas relações entre estado e mercado podem ser

compensadas pelas mudanças que deverão ocorrer nas relações entre estado e sociedade civil e entre mercado e sociedade civil. Isso exige que este terceiro e ainda mais tênue elo da cadeia – a *emergente sociedade civil, composta por iniciativas cidadãs, sobretudo aquelas com fins públicos e não-lucrativas* – seja fortalecido, até que possa assumir o seu papel de protagonista e mediador do novo arranjo institucional que se prefigura (p.119).

Este novo arranjo institucional que se prefigura relaciona-se com as exigências do desenvolvimento atuais, posto que, apenas a implementação de instituições com práticas democráticas levará à condições para que a sociedade civil em emersão participe ativamente do processo de desenvolvimento socioeconômico. Estas instituições com práticas participativas são imprescindíveis, pois, existem barreiras ambientais, sócio-culturais e políticas ao desenvolvimento que somente terão meios de serem sanadas através da participação dos cidadãos nos processos decisórios como entes fundamentais do processo de desenvolvimento socioeconômico local. Estes arranjos institucionais, de acordo com Alves (1999), deverão atuar através de práticas diárias que tragam mudanças capazes de propiciar o desenvolvimento sustentável. Estas mudanças estruturais precisam, conforme a autora, se consubstanciarem em estruturas a serem construídas considerando a cooperação entre estado, mercado e sociedade civil. Conforme Parente e Zapata (1998, p.26) “Trata-se de fazer surgir uma nova prática institucional, contrapondo-se à prática burocrática, distante da realidade corporativa, sem compromisso com resultados... A nova prática institucional exige credibilidade, transparência, sentido de missão do desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento que causa transformações”.

A conceituação de Parente e Zapata (1998) confirma a importância da ação local e da descentralização administrativa. As autoras definem o desenvolvimento local como "um entorno econômico-sócio-territorial... onde, aproveitando-se as vantagens competitivas..., busca-se...construir as múltiplas dimensões do desenvolvimento integrado (social, político, ambiental, cultural, tecnológico e institucional)". Não se tratando de entender o local apenas como um "espaço", mas um "processo", em que se valoriza sobretudo o que é peculiar neste processo através das ações de comunidades locais, ou seja, a ação local praticadas por atores comprometidos com a transformação social de suas sociedades na direção de estratégias de desenvolvimento socioeconômico sustentável adaptadas às suas realidades sociocultural, político-institucional e ambiental.

A descentralização administrativa é outra questão importante a se considerar,

pois, para se desenvolver econômica e socialmente um dado local há que se ter uma administração baseada no âmbito deste. E é importante que esta administração leve em consideração as possibilidades econômicas assim como as especificidades culturais, institucionais, sócio-políticas, ambientais do local ou regional, e a participação da sociedade civil, colocando em prática a ação local e a descentralização administrativa. Sem desconsiderar, conforme afirma Franco (1999) que a “consciência de comunidade é uma consciência da interdependência” e tal interdependência terá meios para se fazer mais viva quando as pessoas puderem participar ativamente dos processos políticos através de práticas democráticas as quais deverão dar à sociedade meios de atuar como co-autora no processo de desenvolvimento.

Dentre as alternativas buscadas para solução das crises sociais enfrentadas nesta etapa do capitalismo e que valorizam estratégias como as discutidas aqui, a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Meio Ambiente, realizada em 1992 no Rio de Janeiro, propôs a Agenda XXI. A Agenda XXI é um compromisso firmado entre 179 dos países participantes sobre meios para se engendrar o desenvolvimento econômico, social e ambientalmente sustentado e sustentável. O texto da Agenda XXI contempla o desenvolvimento local e a descentralização administrativa, através da criação de agendas municipais ou regionais de desenvolvimento. Os aspectos relacionados ao desenvolvimento local, através da eliminação da pobreza, do desemprego e do enfrentamento das questões ambientais, como por exemplo políticas de geração de emprego e renda e gestão dos Recursos Hídricos, estão nela inseridos. Vários países já criaram suas agendas locais, assim como algumas cidades brasileiras por exemplo Rio de Janeiro, Angra dos Reis e Santos.

O desenvolvimento local sustentável contemplado na Agenda XXI pressupõe o envolvimento de toda a sociedade em sua concepção, planejamento e execução, tendo os diversos setores sociais representação efetiva, na qual não se privilegia determinados setores em detrimento de outros e se faz necessária a participação cada vez mais ativa das ONGs e outras associações civis e públicas. Estudos mostram (Alves,1998), que projetos formulados entre estado e ONGs são uma exigência do desenvolvimento e de sociedades que buscam redemocratizar sua práticas e relações sociais reconhecendo a necessidade de um trabalho conjunto em projetos que visem uma melhor distribuição da renda, por exemplo. Esta parceria se faz necessária em

várias áreas do desenvolvimento socioeconômico tais como nas áreas de saúde, educação, tecnologia apropriada entre outras.

No processo de desenvolvimento local não deve haver desvinculação entre o estado, mercado e sociedade civil organizada, ao contrário, se faz necessário a formação de uma sinergia entre estes três âmbitos centrais no desenvolvimento socioeconômico ambientalmente sustentável (Franco et alli, 1998 p.121) de modo que estes três âmbitos se complementem e cooperem entre si visando a promoção da evolução da sociedade. O vínculo desta cooperação entre estado, mercado e sociedade civil reside na ação local propiciada pela descentralização administrativa. O Estado, de acordo Albuquerque (1998), terá como função precípua estimular as iniciativas locais de desenvolvimento, já que a descentralização, ao invés de desobriga-lo de suas responsabilidades, geralmente as põe em evidência.

Um elemento básico das iniciativas de desenvolvimento local é a coordenação dos diversos agentes públicos e privados que atuam em determinada área, para que se possa, a partir dessa coordenação, desenvolver econômica, social e ambientalmente comunidades que articulam a ação local. O estado atuará então como aglutinador das forças sociais presentes na sociedade, ou seja, através dos entes privados e da sociedade civil. Tal atuação estatal influiria diretamente na sociedade, posto que, conforme observa Arruda (1986), contemporaneamente há uma luta constante entre forças estatais, empresários e trabalhadores para subordinar ou eliminar o outro. O estado poderia atuar no sentido de unir estas forças em torno da cooperação na busca pelo desenvolvimento socioeconômico sustentável.

5. Considerações Finais

É importante considerar antes de se buscar uma nova estratégia de desenvolvimento, o questionamento da estratégia anteriormente adotada em sua capacidade de levar a uma maior socialização da renda e dos direitos econômicos, sociais, políticos e culturais às diversas populações do mundo, assim como as perspectivas da nova estratégia pensada em apontar caminhos viáveis. Vivenciamos uma crise nas relações sociais e políticas relacionadas às mudanças obtidas nas relações entre capital x trabalho e estado x mercado. Novas estratégias tais como a de desenvolvimento local discutida neste trabalho, despontam como alternativas e buscam avançar no sentido de minimizar as crises e sinalizar novos caminhos para o

desenvolvimento e enriquecimento sócio-político-cultural dos povos no Século XXI.

A crise observada nas relações entre estado x mercado e capital x trabalho trouxe uma série de problemas sociais que ainda não receberam a devida atenção das autoridades políticas. A redução do papel desempenhado pelo estado observada através do neoliberalismo tirou deste a responsabilidade de atuar coordenando os investimentos, com isso o mercado foi deixado a seu livre arbítrio e como o capital procura apenas se valorizar, a questão social ficou deixada a esmo.

As mudanças na relação capital x trabalho podem ser mais veementemente sentidas, pois são cada vez maiores os índices de desemprego em âmbito mundial. Tal fato deveu-se a possibilidade aberta, através dos processos de evolução da globalização, do capital em se valorizar prescindindo dos investimentos, pois se valoriza no setor financeiro da economia. Além disso, com as inovações tecnológicas o trabalho vivo passou a ser cada vez menos utilizado, ficando enfraquecido o elo mais fraco da relação social entre capital e trabalho.

O conceito de desenvolvimento discutido, ainda em construção, não pretende ser uma panacéia para todos os problemas enfrentados na atualidade e não prescinde de uma estrutura macroeconômica favorável e instituições ajustadas às necessidades do sistema de produção social atual. Na verdade, esta abordagem ao desenvolvimento visa transformações no sistema de produção e de relações sociais através de mudanças político-institucionais que contribuam para ajustar o sistema e instituições atuais às exigências impostas pela presente crise social, a fim de que possam se conceber modelos que atendam aos anseios populares de desenvolvimento e melhoria no padrão de vida das populações no Século XXI.

O contexto de globalização e neoliberalismo facultou o questionamento do processo de inserção global em seus aspectos de benefício e malefícios às comunidades locais. É importante ressaltar que com a redução das discussões oficiais sobre o desenvolvimento e com a 'globalização' figurando como alternativa ímpar a este, poucas são as propostas apresentadas por autoridades mundiais competentes para se tentar contornar a crise. Foi no contexto de crise das teorias de desenvolvimento e vigor do neoliberalismo, com sua insensibilidade para com as questões sociais, que surgiram alterações sociais que permitiram se pensar em alternativas para se alcançar o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

O desenvolvimento local assume assim uma posição de enfrentamento à crise, seja ela econômica, política, institucional ou ambiental. Procura congrega em uma

análise mais completa todas estas crises e busca meios para superá-las. Esta abordagem ao desenvolvimento, unindo a ação local da sociedade civil ou outros atores e a descentralização administrativa é, acima de tudo, um exercício de cidadania e por isso não é um processo estático, mas de permanente construção e conquistas. Representa novas formas de proposição de políticas públicas, baseando-se na horizontalidade setorial, espacial e no processo de planejamento e gestão, tendo como princípios norteadores a participação comunitária em um processo de construção social de “baixo para cima”.

O poder público não deixa de ser responsável por promover o desenvolvimento, mas deixa de ser o responsável exclusivo, passando a compartilhar poder e responsabilidades com a sociedade civil e o mercado. A redefinição do papel do Estado deverá ocorrer de tal forma que este desponte como o orquestrador do desenvolvimento no conjunto da economia e da sociedade. O que faculta um exercício maior da cidadania e poderá evitar abusos de poder por parte dos governantes. Faz-se mister pensar em estratégias tais como as de desenvolvimento local, pois, o local, sendo signo do global, ao se desenvolver poderá levar a um efeito multiplicador e favorecer estratégias de desenvolvimento globais que respondam aos anseios dos países subdesenvolvidos, em desenvolvimento e dos países centrais.

6. Bibliografia

- ALBUQUERQUE, F. **Desenvolvimento Econômico Local e Distribuição do Progresso Técnico**. Fortaleza, 1998.
- ALVES, A.. **Integração Entre Organizações Não-governamentais e Estado No Processo de Geração de Emprego e Renda**. In: *Anais do III Encontro Nacional de E. Política* 9-12 Junho/1998, V. I, 902-915, 1998.
- ALVES, Arlete Maria da Silva. **Modernization, Dependency, and World System Theories and Alternatives Approaches to Development**. In: *Anais do V Encontro Nacional de Economia Política*. Fortaleza, CE. Junho, 2000.
- ALVES, A. M. S. **Trabalho e Renda e Sustentabilidade na Perspectiva de um Novo Conceito de Desenvolvimento**. In: *Anais IV Congresso de Ciências Humanas, Letras e Artes*; Viçosa-MG. Agosto, 1999.
- ARRUDA, Marcos. **Globalização e Sociedade Civil Repensando o Cooperativismo no Contexto da Cidadania Ativa**. In: *Revista Proposta*, R.J., FASE, n° 74, setembro/novembro 1997.

- BATISTA Jr., P. **O Círculo do Giz da “Globalização.”** In: Novos Estudos Cebrap , São Paulo, Nov./1997 p.85-97.
- BESSA, F. E. H. **O Desenvolvimento Local, a Capacitação e o Paradigma da Gestão Participativa – O Caso dos Pólos de Desenvolvimento Integrado do Nordeste.** Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 1999, p.1-30.
- BRITO, L. **“Desenvolvimento Local – O Olhar Sociológico”.** 1999.
- COELHO, F. D. **“Reorganização do Território e Desenvolvimento Local.”** In: *Revista Proposta*. Rio de Janeiro, Fase, V. 23, n.º 65, Junho 1995.
- CRESPO, S. **“Desenvolvimento Sustentável: As ONGs Devem se Engajar na Elaboração das Agendas 21 Locais.”** In: *Revista Proposta*. R. J., FASE, V. 27, n.º 77, Junho/Agosto 1998.
- EVANS, B. and STEPHENS, J.D. **“Development and the World Economy.”** In: Smelser, N.J. (Ed.) *Handbook of Sociology*. SAGE Publisher, pp. 739-773, 1988.
- FIORI, J.L. **De volta à Questão da Riqueza de Algumas Nações.** In: FIORI, J.L. *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Petrópolis, Editora Vozes, 1999, p.14 – 46.
- FRANCO, A. **“Por que Precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.”** In: *Século XXI- Uma Revista de Futuro- Instituto de Política*.2000.
- FRANCO, A.; ALMEIDA, F. I. & PAULA, J. **Uma nova formação política no Brasil.** Editora ADN- comunicação gráfica, Brasília, 1998 p. 118-124.
- GONZÁLES, R. R. **La Escala Local del Desarrollo. Definición y Aspectos Teóricos.** In *Revista de Desenvolvimento Econômico*. Salvador, ano I, nº 1, Novembro/1998.
- KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do juro e da moeda.** Editora Atlas,caps. I, II, XII, XXII São Paulo, 1982.
- LATOUCHE, Serge. **Faut-il Refuser le Développement**, Paris, 1986.
- MANDEL, Ernest. *Polêmica – Revista do Centro de Estudos de Economia FACE – UFMG*. Origens, Auge e Declínio da Economia Política. V.2, 1974.
- PARENTE, S. ZAPATA, T. **Parceria e Articulação Institucional para o Desenvolvimento. Local Integrado e Sustentado.** Recife : Projeto Banco do Nordeste/PNDU, 1998. p.63. Série de cadernos técnicos, n.º 4.
- REILLY, Charles A. **Livros – a primeira parcela de um levantamento global**

sobre movimentos das ONG e o desabrochar da sociedade civil. In:

Desenvolvimento de Base – *Revista da Fundação Interamericana*. v. 18, nº 2, 1994.

REILLY, Charles A. **Prefeitos, Maias e Poetas.** In: Desenvolvimento de Base – *Revista da Fundação Interamericana*. v.21, nº 1, 1997.